



**MARINHA DO BRASIL**

**GRUPAMENTO DE NAVIOS HIDROCEANOGRÁFICOS**

**PREGÃO n° 90012/2026**

**Termo de Referência n° 18/2026**

**(Processo Administrativo n° 63453.000322/2026-98)**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de serviços de manutenção de compartimentos habitáveis, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | CATSER | UNIDA<br>DE<br>MEDI<br>DA | QTD  | VALOR<br>UNITÁRIO | VALOR TOTAL    |
|------|---|--------|---------------------------|------|-------------------|----------------|
| 1    | Instalação e fornecimento de forração de anteparas em fórmica madeirada de alta pressão composta de papel kraft impregnado de resina fenólica, com face de papel decorativo que proporciona cor ou desenho (madeiras, pedras ou fantasia) protegida por papel overlay impregnado de resina, podendo ter variados acabamentos como texturizado, brilhante, wood poro, top matte, entre outros. Entre uma chapa e outra o acabamento das juntas em poderá ser feito em perfis de alumínio anodizado ou em pintura eletrostática. O serviço inclui os cortes necessários, a retirada de todos os objetos presos na | 12700  | M <sup>2</sup>            | 4620 | R\$ 86,78         | R\$ 400.939,00 |

|   |  |       |    |      |           |                |
|---|--|-------|----|------|-----------|----------------|
|   | antepara (parede) e sua colocação novamente. Todas as ferramentas e itens necessários a instalação já estarão na proposta da empresa. As perdas já estarão incluídas no cálculo do metro quadrado do compartimento, sendo a contratação efetuada pela medida exata do compartimento. Similar ou superior ao produto FORMICA BRILHANTE BAMBU TAJIMI M95.  |       |    |      |           |                |
| 2 | Instalação e fornecimento de forração de anteparas em laminado pet com 4mm de espessura, brilhoso (cores a combinar) acabamento das juntas em perfis de alumínio anodizado. No contato com o rodapé e com o teto deverá ser aplicado silicone para isolar completamente a entrada de água. O serviço inclui a retirada de todos os objetos presos na antepara (parede) e sua colocação novamente. Todas as perdas já estarão incluídas no cálculo do metro quadrado do compartimento, sendo a contratação efetuada pela medida exata do compartimento. | 12700 | M² | 4664 | R\$ 66,18 | R\$ 308.663,52 |
| 3 | Instalação e fornecimento de forro tipo classe carpeteB-15, acabamento em película de PVC, em régua de 300 mm de largura, redução de ruído de 32 dB. Todas as perdas já estarão incluídas no cálculo do metro quadrado do  | 12700 | M² | 3860 | R\$ 66,62 | R\$ 257.172,50 |

|   |   |       |    |      |           |               |
|---|---|-------|----|------|-----------|---------------|
|   | compartimento, sendo a contratação efetuada pela medida exata do compartimento.   |       |    |      |           |               |
| 4 | Serviço de cópia de chave. Consiste na elaboração de uma nova chave compatível com a fechadura existente à bordo. Já inclui o fornecimento da nova chave. Todos os materiais necessários estarão incluídos na proposta. Caso haja a necessidade da remoção da fechadura para a execução do serviço, ficará à cargo da empresa este serviço.   | 21512 | UN | 995  | R\$ 76,01 | R\$ 75.633,27 |
| 5 | Serviço de troca do segredo da fechadura com a confecção de duas chaves extras. Já inclui o fornecimento das novas chaves. Todos os materiais necessários estarão incluídos na proposta. Caso haja a necessidade da remoção da fechadura para a execução do serviço, ficará à cargo da empresa este serviço.  | 18406 | UN | 1065 | R\$ 61,29 | R\$ 65.270,00 |
| 6 | Instalação e fornecimento de fechadura (fechadura mais maçaneta) em zamac (espelho, testa e contra testa em aço inoxidável; cilindro em latão maciço), com o fornecimento da mesma, modelo SERRALHEIRO (ERICH), marca PADO (similar ou superior). O serviço consiste na remoção da maçaneta existente e instalação da nova no local ou instalação de uma maçaneta em uma porta/armário, com o | 18406 | UN | 992  | R\$ 98,00 | R\$ 97.216,00 |

|   |   |       |                |      |            |                  |
|---|---|-------|----------------|------|------------|------------------|
|   | fornecimento de todos os itens necessários para o seu perfeito funcionamento.   |       |                |      |            |                  |
| 7 | Serviço de recuperação em móveis de madeira incluindo todo material, com fornecimento e aplicação de tinta esmalte acetinado similar à CORALIT/CORAL na mesma cor da existente, incluindo preparo da superfície: raspagem, limpeza, remoção de buchas, parafusos e pregos, fechamento de orifícios e pequenos/médios reparos, emassamento com massa plástica equivalente de primeira qualidade e lixamento, colocação de novas dobradiças, puxadores e acessórios de fixação. O serviço inclui a retirada de todo entulho gerado pelo pessoal da empresa. | 5410  | M <sup>2</sup> | 4890 | R\$ 510,00 | R\$ 2.493.900,00 |
| 8 | Serviço de reparação de fechaduras 21 cm de altura, distância entre manivela de tranca e maçaneta 9,5 cm. Marca modelo TrioVing S316 (Próprio para as Portas de Navio).   | 18406 | UN             | 222  | R\$ 629,12 | R\$ 139.665,75   |
| 9 | Instalação e fornecimento de fechadura (fechadura mais maçaneta) divisória tubular com acabamento na cor preta. O serviço consiste na remoção da maçaneta existente e instalação da nova no local ou instalação de uma maçaneta em uma porta/armário, com o fornecimento de todos os itens  | 18406 | UN             | 294  | R\$ 107,75 | R\$ 31.678,50    |

|    |  |       |    |      |            |                |
|----|--|-------|----|------|------------|----------------|
|    | necessários para o seu perfeito funcionamento.   |       |    |      |            |                |
| 10 | Instalação e fornecimento de fechadura simples para armários de madeira e gaveteiros, similar a marca STAM. O serviço consiste na remoção da fechadura existente e instalação da nova em uma porta/armário, com o fornecimento de todos os itens necessários para o seu perfeito funcionamento.  | 18406 | UN | 1194 | R\$ 96,33  | R\$ 115.014,04 |
| 11 | Instalação e fornecimento de painel traseiro completo (Back plate) para vaso sanitário tipo vácuo compatível com o vaso sanitário do item anterior. O serviço consiste na remoção do painel danificado e instalação do novo no mesmo local ou instalação do painel em um novo local, com o fornecimento de todos os itens necessários para o seu perfeito funcionamento. | 1546  | UN | 144  | R\$ 263,80 | R\$ 37.987,68  |
| 12 | Instalação e fornecimento de vaso sanitário tipo vácuo, modelo similar ou superior ao EVAC VT 910. O serviço consiste na remoção do vaso danificado e instalação do novo no mesmo local ou instalação do vaso em um novo local, com o fornecimento de todos os itens necessários para o seu perfeito funcionamento.  | 1546  | UN | 149  | R\$ 878,71 | R\$ 130.928,29 |
|    | Instalação e fornecimento de   |       | UN | 159  | R\$ 483,30 | R\$ 76.844,70  |

|    |  |       |    |     |            |                |
|----|--|-------|----|-----|------------|----------------|
| 13 | vaso sanitário tipo bacia convencional suspensa quadra branca, modelo similar ou superior ao P.213.17 DECA, preparada para utilização com sistema de descarga com tecnologia Duo com dois botões: descarga completa de 6 litros e descarga de volume reduzido com 3 litros. O serviço consiste na remoção do vaso danificado e instalação do novo no mesmo local ou instalação do vaso em um novo local, com o fornecimento de todos os itens necessários para o seu perfeito funcionamento. | 1546  |    |     |            |                |
| 14 | Instalação e fornecimento de Bacia Sanitária Convencional com Saída Horizontal, altura 40 cm, comprimento 58 cm e largura 35 cm. Composição Básica": "Argila, feldspato, caulim, vidrados e corantes inorgânicos.", "Órgão normatizador": "ABNT.". O serviço consiste na remoção do vaso danificado e instalação do novo no mesmo local ou instalação do vaso em um novo local, com o fornecimento de todos os itens necessários para o seu perfeito funcionamento.                          | 1546  | UN | 152 | R\$ 740,58 | R\$ 113.307,98 |
| 15 | Instalação e fornecimento de difusores de saída de ar da ventilação do ar condicionado em alumínio, com o fornecimento da mesma, modelo HDR-A (tamanho T-X), marca Seimmei (similar ou   | 18619 | UN | 380 | R\$ 449,00 | R\$ 170.620,00 |

|    |  |       |                |      |            |                |
|----|--|-------|----------------|------|------------|----------------|
|    | superior). Deve possuir regulagem de vazão e possibilidade da retirada do miolo sem a necessidade de ferramentas. O serviço consiste na remoção da saída de ar danificada e instalação da nova no local ou instalação de uma nova saída de ar em um local que não tinha, com o fornecimento de todos os itens necessários para o seu perfeito funcionamento. |       |                |      |            |                |
| 16 | Serviço de limpeza de esgotos, fossas e caixa de gordura, de dutos de ventilação. O serviço inclui os cortes necessários, a retirada de todos os objetos presos na antepara (parede) e sua colocação novamente. Todas as ferramentas e itens necessários a instalação já estarão na proposta da empresa.   | 16527 | M <sup>3</sup> | 1580 | R\$ 227,45 | R\$ 359.371,00 |
| 17 | Instalação e fornecimento de torneiras de pia, em material aço inox, cromado, com acionamento por pedal. O serviço consiste na remoção da torneira antiga e instalação de nova no local, com o fornecimento de todos os itens necessários para o seu perfeito funcionamento.   | 12820 | UN             | 398  | R\$ 241,07 | R\$ 95.945,86  |

|    |  |       |                |      |              |                |
|----|--|-------|----------------|------|--------------|----------------|
| 18 | <p>Confecção de porta metálica, estrutura em aço, com tratamento anticorrosivo e pintura epóxi, na cor cinza.</p> <p>Descrição Detalhada:</p> <p>Material: Aço</p> <p>Comprimento: 54,5CM</p> <p>Altura: 179,5CM</p> <p>Espessura: 3,5CM</p>   | 22667 | UN             | 125  | R\$ 945,25   | R\$ 118.156,25 |
| 19 | <p>Instalação e fornecimento de Bacia Sanitária Convencional com Saída VERTICAL, altura 40 cm, comprimento 58 cm e largura 35 cm. Composição Básica": "Argila, feldspato, caulim, vidrados e corantes inorgânicos.", "Órgão normatizador": "ABNT.". O serviço consiste na remoção do vaso danificado e instalação do novo no mesmo local ou instalação do vaso em um novo local, com o fornecimento de todos os itens necessários para o seu perfeito funcionamento.</p> | 1546  | UN             | 90   | R\$ 1.424,38 | R\$ 128.194,50 |
| 20 | <p>Instalação de carpete para piso, construção tufting bouclê scroll. 50% SDN (PA); 50% Polipropileno (PP), peso do fio 500 g/m<sup>2</sup>, peso total 1640 g/m<sup>2</sup>, espessura total 6mm, base dublada, comercial pesado, largura 3,66m, inflamabilidade conforme norma ASTM 2859 propensão eletrostática menos que 2.0KV</p>   | 12696 | M <sup>2</sup> | 3540 | R\$ 149,12   | R\$ 527.881,87 |



|    |   |       |                |      |            |                |
|----|---|-------|----------------|------|------------|----------------|
|    | (DIN 54345.3/1985), controle eletrostático permanente, tipo cross ou similar.   |       |                |      |            |                |
| 21 | Reforma de estofados com troca de espumas densidade 45 nos assentos, com revestimento em couro ecológico, cor azul/bege/marrom/plástico transparente. O serviço inclui a retirada do estafo danificado e instalação do novo, com todos os materiais e acessórios para a perfeita execução do serviço.   | 17132 | M <sup>2</sup> | 2612 | R\$ 113,82 | R\$ 297.306,48 |
| 22 | Reforma de estofados com troca de espumas densidade 45 nos assentos, com revestimento em COURVIN COM ZÍPER, cor azul/bege/marrom/plástico transparente. O serviço inclui a retirada do estafo danificado e instalação do novo, com todos os materiais e acessórios para a perfeita execução do serviço. | 1546  | M <sup>2</sup> | 2600 | R\$ 140,83 | R\$ 366.149,33 |
| 23 | Reforma de estofados com troca de espumas nos encostos densidade 33 e com revestimento em couro ecológico, cor azul/bege/marrom/ plástico transparente. O serviço inclui a retirada do estafo danificado e instalação do novo, com todos os materiais e acessórios para a perfeita execução do serviço. | 1546  | M <sup>2</sup> | 1834 | R\$ 120,77 | R\$ 221.483,01 |
| 24 | Reforma de estofados com troca de espumas nos encostos densidade 33 e com   | 1546  | M <sup>2</sup> | 1894 | R\$ 122,08 | R\$ 231.225,83 |

|    |   |       |                |      |              |                |
|----|---|-------|----------------|------|--------------|----------------|
|    | revestimento em COURVIN COM ZÍPER, cor azul/bege/marrom/plástico transparente. O serviço inclui a retirada do estafo danificado e instalação do novo, com todos os materiais e acessórios para a perfeita execução do serviço.  |       |                |      |              |                |
| 25 | Confecção de Estrado Metálico em CAMA DE SOLTEIRO, estrutura em aço, com tratamento anticorrosivo e pintura epóxi, na cor cinza. Descrição Detalhada: Material: Aço, Comprimento: 178 CM. Tipo: Solteiro, Largura: 72 CM, Características Adicionais: Estrado Metálico.                     | 7180  | M <sup>2</sup> | 182  | R\$ 1.276,18 | R\$ 232.264,15 |
| 26 | Instalação e fornecimento de trilhos max para cortina, em alumínio branco. O serviço inclui a retirada do anterior e instalação do novo, englobando todos os materiais necessários.   | 12980 | M              | 1780 | R\$ 34,62    | R\$ 61.623,33  |
| 27 | Serviço de troca de chuveiro inox, entrada de ½, com todo o material incluso, inclusive o novo chuveiro   | 4977  | UN             | 180  | R\$ 264,25   | R\$ 47.565,00  |
| 28 | Instalação e fornecimento de Cortina em tecido gorgurão (e demais itens necessários para sua devida utilização), azul, com pregas macho e rodízios em nylon fixados em intervalos de 10cm, para beliches. As cortinas deverão vir com franzidor, bainha e logo tipo do Navio (60cm x 60cm). | 5819  | M <sup>2</sup> | 2138 | R\$ 85,50    | R\$ 182.799,00 |

|    |   |       |                |      |            |                |
|----|---|-------|----------------|------|------------|----------------|
| 29 | Serviço de descupinização de compartimentos habitáveis. O Serviço deve ser realizado com o fornecimento de todo o material necessário para a sua realização   | 20680 | M <sup>2</sup> | 2190 | R\$ 4,54   | \$ 9.942,60    |
| 30 | Desinsetização, desratização e desbaratização: aplicação com micropulverização de solução inseticida nas caixas de esgoto, ralos, e galerias; Aplicação de iscas raticidas sólidas e inodoras, pó de contato, aprovados pelo Ministério da Saúde e Inea para uso domissanitário nos locais a serem tratados. (Prazo de validade da aplicação 3 meses). O serviço deve ser realizado com o fornecimento de todo material necessário para sua realização. | 3417  | M <sup>2</sup> | 4860 | R\$ 1,23   | R\$ 5.957,55   |
| 31 | Instalação e fornecimento de Cortina em tecido gorgurão (e demais itens necessários para sua devida utilização), cores a definir, com pregas macho e rodízios em nylon fixados em intervalos de 10cm. As cortinas deverão vir com franzidor, bainha e logo tipo do Navio (15cm x 15cm).   | 5819  | M <sup>2</sup> | 514  | R\$ 38,56  | R\$ 19.821,55  |
| 32 | Serviço de higienização de estofados e carpete. Inclui serviço de retirada e colocação de carpete, caso necessário.   | 12696 | M <sup>2</sup> | 2992 | R\$ 131,83 | R\$ 394.445,33 |
| 33 | Instalação e fornecimento ralo do banheiro quadrado (15cm em cada lado), material aço   | 11405 | UN             | 210  | R\$ 16,63  | R\$ 3.493,00   |

|  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|
|  | inox, cromado, com possibilidade de fechamento. O serviço consiste na remoção do ralo antigo e instalação do novo no local ou instalação em um novo local, com o fornecimento de todos os itens necessários para o seu perfeito funcionamento. |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|

### **Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

### **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

### **Prazo de vigência**

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado da assinatura do contrato ou documento substituto, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Com fulcro no parágrafo único, do art. 1º, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, incluído pelo Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022 c/c subitem 1.12, da SGM-102 (NORMAS SOBRE LICITAÇÕES, ACORDOS E ATOS ADMINISTRATIVOS), o objeto da presente contratação está previsto no Programa de Aplicação de Recursos (PAR) deste Órgão.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1. A contratada deverá respeitar as normas de proteção ambiental, especialmente a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

- 4.1.1.2. Adotar conforme a IN 01/2010 da SLTI-MPOG, as seguintes práticas de sustentabilidade da execução dos serviços, quando couber;
- 4.1.1.3. Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- 4.1.1.4. Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- 4.1.1.5. Observe a Resolução do Conselho Nacional do Meio ambiente (CONAMA) nº 020/1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- 4.1.1.6. Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; e
- 4.1.1.7. Respeite as Normas Brasileiras (NBR), publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

### **Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Vistoria**

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às **16** horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6.1 A marcação da visita poderá ser feita através do telefone (21) 2189-3040 ou por e-mail: venancio.helber@marinha.mil.br, esta vistoria é de extrema importância e será acompanhada pelo fiscal do contrato que poderá elucidar todas as dúvidas in loco.

4.7. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: 15 (quinze) dias corridos da emissão da Nota de Empenho.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

- a) A execução dos serviços será iniciada em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Autorização para Execução do Serviço, a Nota de Empenho;
- b) Após a execução dos serviços, todos os espaços utilizados, inclusive paredes, tetos e portas, deverão ser entregues limpos, sem entulhos, sobra de material ou marcas de quaisquer naturezas, desde que originados pela CONTRATADA, cabendo reparo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação pela CONTRATANTE;
- c) Todos os trabalhadores deverão estar uniformizados e munidos dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) exigidos para cada tipo de atividade – como botas, capacetes, luvas, óculos, entre outros;
- d) Faz parte desse item toda a sinalização, barreiras, e demais Equipamentos de Proteção Coletiva, exigíveis por norma, que visem preservar a segurança dos empregados e a de terceiros; e
- e) Cabe à CONTRATADA responsabilizar-se pelo cumprimento das NRs – Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho No 4, 7 e 18, bem como as demais Nrs aplicáveis às medidas preventivas de acidentes de trabalho. Os serviços serão executados conforme especificado nos itens deste Termo de Referência, orientações do fiscal do contrato e normas correlacionadas às atividades envolvidas em cada tipo de serviço.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço e dependerão do local de atracação dos Navios que poderá ser:

5.2.1 Base de Hidrografia da Marinha em Niterói (BHMN), situada na rua Barão de Jaceguai, s/no, Ponta da Armação, Niterói-RJ, CEP 24048-900;

5.2.2 Base Naval do Rio de Janeiro (BNRJ), Ilha de Mocanguê Grande, s/no - Ponta d'Areia, Niterói-RJ, CEP: 24.049-900; e

5.2.3 Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), Praça Barão de Ladário, s/no, Ilha das Cobras, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20091-000.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1 *A realização dos serviços deverá ocorrer dentro do horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 8:00h as 16:30h.*

5.3.2 *Havendo necessidade de prestação de serviço fora do horário supracitado, deverá a CONTRATADA informar previamente a CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a qual avaliará a viabilidade de execução.*

#### **Especificação da garantia do serviço**

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo 18 (dezoito) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

#### **Uniformes**

5.5. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as

estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

- a) Macacão ou conjunto calça comprida e camisa com a logo e cores usuais da empresa e confeccionados em algodão grosso, poliéster-algodão ou tecidos sintéticos técnicos (Normex ou Kevla), podendo ser tratado com revestimentos impermeáveis resistentes a óleo e graxa, retardante de chamas e antiestático, possuir faixas reflexivas para visibilidade;
- b) Capacete de segurança para proteção da cabeça contra impactos, quedas de objetos e riscos elétricos, fabricado em material resistente, como polietileno de alta densidade (PEAD) ou ABS, com design ergonômico e leve;
- c) Protetor auricular tipo conchas (abafador), fabricado em ABS ou policarbonato de alta resistência, ou tipo plug, fabricado em espuma de poliuretano ou silicone de alta densidade;
- d) Bota de segurança atendendo às normas NR 6 e NBR ISO 20345. Confeccionada em couro curtido ou material polimérico de alta resistência, com solado antiderrapante em borracha ou poliuretano (PU) bidensidade, resistente a óleos, graxas e abrasão e sem biqueira de aço;
- e) 01 (um) conjunto completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação

5.6. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.6.1.1. Conforto; e

5.6.1.2. Adequadas para execução dos serviços.

5.6.2 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser adequados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.6.3 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **Rotinas de Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

## **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.14. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

## **Fiscalização Administrativa**

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **Gestor do Contrato**

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



6.17.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.17.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.17.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.17.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1 não produziu os resultados acordados,

7.1.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

### **Recebimento**

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.8.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.15.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.15.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.15.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.15.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.24.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.24.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.33.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.34. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

7.35. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/05/2026.

7.36. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.37. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.38. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.39. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.40. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.41. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.42. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de Crédito**

7.43. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.43.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.43.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.43.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.43.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.44. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

#### 8.2.4 **Multa:**

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (meio por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação;

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

*Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

8.2.5 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.2.6 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.2.7 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.2.8 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.3. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.4.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.4.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.5.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.8.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**



9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, com data de emissão não superior a 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de sua expedição, independentemente de prazo de validade inferior eventualmente indicado no próprio documento;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total da contratação se os índices forem  $\leq 1$ .

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### **Qualificação Técnica**

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.30.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.31.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.31.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.33. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.34. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, e ao final, com emissão de relatório técnico, assinado pelo engenheiro responsável.

9.35. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.36. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.37. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.38. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.39. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.42. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Documentação complementar para cooperativas**

9.43. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.43.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.43.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.43.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.43.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.43.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.43.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- 9.43.6.1. ata de fundação;
- 9.43.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- 9.43.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 9.43.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 9.43.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 9.43.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 9.43.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 7.818.466,87 (sete milhões oitocentos e dezoito mil quatrocentos e sessenta e seis reais e oitenta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2 *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

10.2.3 *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

10.2.4 *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Niterói, RJ, na data da assinatura

**Elaborado por:**

HELBER BREYER VENANCIO  
Primeiro-Tenente  
Ajudante da Divisão de Oceanografia

Niterói, RJ, na data da assinatura

**De Acordo:**

PHELLIPE DE ARAÚJO MAGALHÃES  
Capitão de Fragata  
Comandante do Navio Coordenador

**APROVO** o presente TR, em consonância ao preconizado na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, cuja finalidade é subsidiar os licitantes de todas as informações necessárias à participação no certame, para a aquisição em tela, estando presentes os elementos forçosos à identificação do objeto, seu custo e todos os critérios exigidos para a participação de forma clara e concisa.

Niterói, RJ, na data da assinatura

LUIZ RICARDO BATISTA RAMALHO  
Capitão de Mar e Guerra  
Ordenador de Despesa